

Educação do Campo na Amazônia: novos olhares e antigas questões do projeto político pedagógico

 Talita Aranha¹,  Regiara Croelhas Modesto²

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA. Campus Castanhal. Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. Rodovia BR 316, Km 61 - Saudade - Cristo Redentor. Castanhal – PA. Brasil. ² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.

Autor para correspondência/Author for correspondence: talitaranhapesca@gmail.com

RESUMO. As escolas do campo, no estado do Pará, possuem uma proposta educacional que busca ofertar educação de qualidade, considerando as especificidades da realidade do campo. Para tanto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é fundamental para definir diversos elementos do processo educativo. Entretanto, algumas unidades de ensino consideram o documento como mera exigência legal. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar o PPP de uma escola municipal, localizada no entorno de uma unidade de conservação na Amazônia brasileira, em São Caetano de Odivelas, buscando compreender as estratégias propostas para articular o desenvolvimento do ensino, no contexto da realidade local. A pesquisa adotou o método qualitativo, com aporte bibliográfico e documental e foi realizada no período de outubro de 2022 a março de 2023. Dentre os resultados, destaca-se que o PPP apresenta limitações e não constitui um documento apropriado de orientação das ações e práticas escolares. Dentre as limitações está a ausência das peculiaridades relacionadas ao modo de vida, trabalho, território e territorialidade dos povos e populações da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba.

Palavra-Chave: populações tradicionais, unidade de conservação, educação do campo.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e16450	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



Rural education in the Amazon: new perspectives and old questions of the political pedagogical project

ABSTRACT. The rural schools, in the state of Para, have an educational proposal that seeks to offer quality education, considering the specificities of the rural reality. To this end, the Political Pedagogical Project (PPP) is essential to define several elements of the educational process. However, some teaching units consider the document to be a mere legal requirement. In this context, the objective of this study was to analyze the PPP of a municipal school, located in the surroundings of a conservation unit in the Brazilian Amazon, in Sao Caetano de Odivelas, seeking to understand the strategies proposed to articulate the development of teaching, in the context of the local reality. The research adopted the qualitative method, with bibliographical and documental support and was carried out in the period from October 2022 to March 2023. Among the results, it is noteworthy that the PPP has limitations and is not an appropriate document to guide the actions and school practices. Among the limitations is the absence of the peculiarities related to the way of life, work, territory and territoriality of the people and populations of the Mocapajuba Marine Extractive Reserve.

Keywords: traditional populations, conservation unit, rural education.

Educación Rural en la Amazonía: nuevas perspectivas y viejos interrogantes del proyecto político pedagógico

RESUMEN. Las escuelas rurales, en el estado de Pará, tiene una propuesta educativa que busca ofrecer educación de calidad, considerando las especificidades de la realidad del campo. Por lo tanto, el Proyecto Político Pedagógico (PPP) es esencial para definir diversos elementos del proceso educativo. Sin embargo, algunas unidades de enseñanza consideran el documento como un mero requisito legal. En este contexto, el objetivo de este estudio fue analizar el PPP de una escuela municipal, ubicada en el entorno de una unidad de conservación de la Amazonia brasileña, en São Caetano de Odivelas, buscando comprender las estrategias propuestas para articular el desarrollo de la educación en el contexto de la realidad local. La investigación adoptó el método cualitativo, con apoyo bibliográfico y documental y fue realizada en el período de 3 octubre de 2022 a marzo de 2023. Entre los resultados, se destaca que el PPP tiene limitaciones y no es un documento adecuado para orientar las acciones y prácticas escolares. Entre las limitaciones está la ausencia de peculiaridades relacionadas con el modo de vida, trabajo, territorio y territorialidad de los pueblos y poblaciones de la Reserva Extractiva Marina de Mocapajuba.

Palabras clave: poblaciones tradicionales, unidad de conservación, educación rural.

Introdução

Para iniciar a abordagem reflexiva sobre o Projeto Político Pedagógico-PPP, busca-se como fio condutor a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) e todas as possíveis contribuições teóricas que auxiliem o melhor entendimento e a relevância do tema. Assim, o Projeto Político Pedagógico, enquanto instrumento de trabalho, mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira e por quem, para chegar a determinados resultados. Além disso, harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela (Veiga, 2001).

A definição da autora corrobora com o estabelecido no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, o qual instituiu a gestão democrática do ensino público de forma abrangente, nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, evidenciando o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, princípios estes, que referendam a necessidade do processo de construção coletiva do plano político pedagógico das unidades de ensino.

A LDB (1996) em seu Artigo 3º define que o ensino deverá ser baseado em 14 princípios, dentre eles: o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação do sistema de ensino e, a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (Brasil, 1996).

Do mesmo modo, o Inciso VI do artigo 12 da referida lei, determina que os estabelecimentos educacionais devem articular-se com as famílias e com a comunidade, construindo processos de integração da sociedade com a escola. Realizar tal integração não é uma tarefa fácil, devido à diversidade cultural existente. Baseando -se nas transformações já ocorridas no âmbito da educação básica brasileira, pode-se afirmar que ainda há muitos desafios para se alcançar um sistema educacional que valorize a realidade local do aluno, sua cultura e identidade.

Logo, sob essa compreensão, segue a proposta do Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024), que visa a formulação colaborativa dos PPPs nas instituições de ensino, a fim de atender a meta 19. Trata-se de “assegurar condições, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo para tanto, recursos e apoio técnico da União” (PNE 2014-2024).

Desta maneira, é necessário discutir os direitos e os deveres dos sujeitos, e o respeito à dignidade humana, além de dialogar sobre o papel do cidadão na sociedade, atributos

necessários para que a escola cumpra seu papel humanizador (Freire, 1996). Essa concepção foi reafirmada nos estudos de Canivez (1998). Para o referido autor, a educação é um bem que deve estar acessível a todos os indivíduos, de modo a tornar possíveis as condições para o exercício da cidadania. Portanto, a discussão em torno do PPP está para além da sua constituição, muito embora para algumas unidades de ensino ele seja mera exigência legal. É importante destacar que este documento deve servir de guia para a instituição melhorar sua qualidade de ensino, considerando o contexto em que a escola está inserida e fatores específicos da comunidade escolar.

O PPP é um documento dinâmico, que permite alterações ao longo do tempo, em especial nos aspectos relacionados à prática pedagógica. O referido documento traz, no seu cerne, o movimento democrático, caminhando num processo de desconstrução de uma política educacional tradicional, em que órgãos superiores determinavam (ou ainda determinam) o currículo, tornando a escola uma mera executora da política educacional. Para que aconteça tal ruptura, é essencial que todos reconheçam o seu papel, o espaço que ocupam, e que participem e se envolvam nesses avanços. Para tanto, Gadotti (1994), afirma:

Todo o projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação do possível, comprometendo seus atores e autores. (Gadotti, 1994, p. 579).

Nessa perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico precisa deixar de ser apenas uma recomendação legal e passar a fazer parte do cotidiano das instituições escolares existentes no país, enfatizando os segmentos educacionais e especificidades de cada localidade. Entretanto, para alcançar o documento desejado, conforme discutido anteriormente, ainda é preciso muito esforço coletivo, num movimento de luta, pertencimento e instalação de um sentimento emancipatório para além dos muros da escola.

Neste contexto, as inquietações que propuseram este estudo, surgiram a partir de vivências da autora, enquanto munícipe de São Caetano de Odivelas, PA, além da sua atuação em um diagnóstico participativo comunitário para a elaboração do Plano Diretor Municipal, em que questões bastante sensíveis foram levantadas em relação ao sistema educacional, principalmente, quanto à proposta de educação que está sendo ofertada nas comunidades rurais do município, sobretudo as que estão localizadas no entorno da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba (RESEX Mocapajuba).

Assim, o objetivo do estudo foi analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Ricardo Chagas, na comunidade rural de Alto Pereru, em São Caetano de Odivelas-Pará, buscando entender as estratégias propostas para articular o desenvolvimento do ensino, no contexto da realidade da local, que envolve os modos de vida e trabalho das populações tradicionais.

Percurso Metodológico

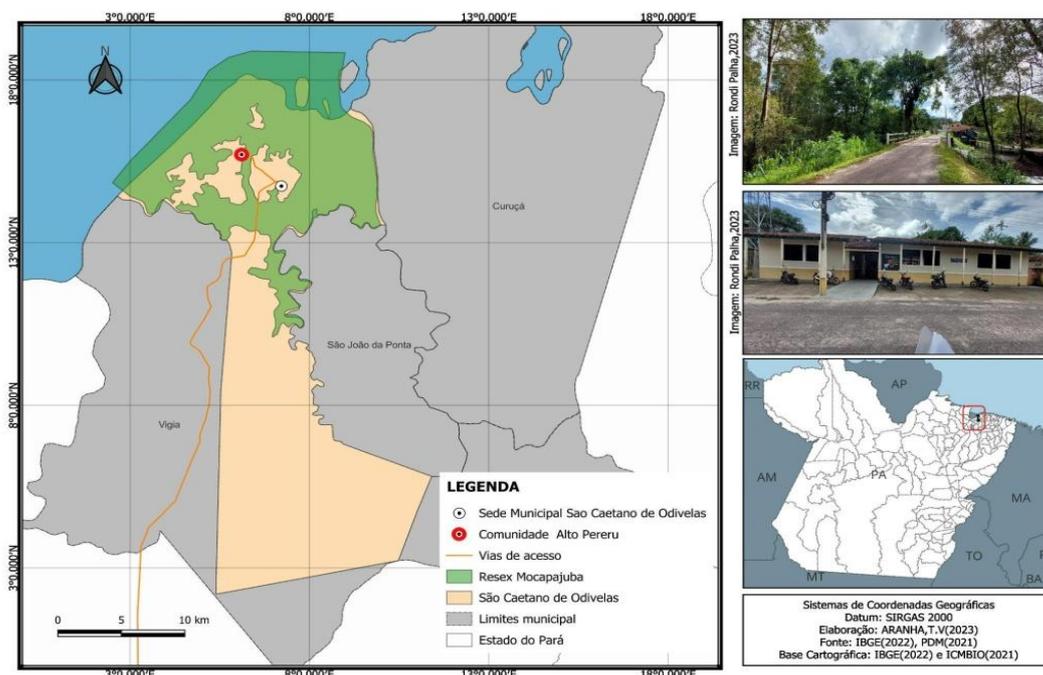
O presente estudo teve como objeto de análise, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Dr. Ricardo Chagas. A escola está localizada na comunidade de Alto Pereru, distante 5 km da sede do município de São Caetano de Odivelas. O município pertence à mesorregião Nordeste do estado do Pará, Microrregião do Salgado Paraense, compondo a região costeira do Estado.

O município de São Caetano de Odivelas possui uma ampla área de manguezal, com função ecológica inestimável, que possibilita o desenvolvimento de várias espécies, como o caranguejo-uçá *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) que é fonte de alimento e de recursos para as comunidades tradicionais que estão distribuídas ao longo da costa paraense (Cardoso & Gomes, 2021).

Dada a importância socioambiental dos ecossistemas de manguezais, em 2014, foi instituída pelo Decreto Federal s/n de 10 de outubro de 2014, a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, com o objetivo de garantir a conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas; e assegurar o uso sustentável dos recursos e proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais extrativistas desta região (Brasil, 2014).

A Resex Mocapajuba possui uma área de 21.029 Ha e protege a lâmina d'água, os organismos aquáticos, o ecossistema dos manguezais, além de preservar o modo de vida e a cultura das populações tradicionais. Neste contexto, não há pessoas e construções físicas dentro da Resex, e sim, no seu entorno. É neste contexto socioambiental e territorial, que a EMEF Dr. Ricardo Chagas está inserida (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização da comunidade de Alto Pereru e imagem da Escola de Ensino Fundamental Dr. Ricardo Chagas, município de São Caetano de Odivelas, Pará, Brasil.



A EMEF Dr. Ricardo Chagas atende alunos do Alto Pereru e das comunidades vizinhas. Atualmente, possui 352 alunos matriculados, divididos nos turnos diurno e noturno, nas modalidades de ensino da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação para Jovens e Adultos - EJA. O corpo docente é formado por 27 professores, entre efetivos e temporários.

O presente estudo foi desenvolvido no período de outubro de 2022 a março de 2023. A pesquisa adotou o método qualitativo, com aporte bibliográfico e documental proposto por Gil (2008). O percurso metodológico seguiu três etapas: o contato preliminar com a direção da escola; o acesso ao Projeto Político Pedagógico-PPP e a análise documental.

O Plano Municipal de Educação e o Diagnóstico Técnico de Elaboração do Plano Diretor Municipal também subsidiaram a pesquisa documental, como forma de compreensão dos aspectos legais da educação e entendimento do panorama da política educacional do município. O marco teórico sobre o Projeto Político Pedagógico tem como principais autores Vasconcellos (1991) e Veiga (2001).

Os dados foram tratados a partir da Análise de Conteúdo, com cinco categorias de análise, baseados no guia orientador de revisão do projeto pedagógico da Base Nacional Comum Curricular - BNCC: a) Contextualização histórica e caracterização; b) Diagnóstico de

indicadores educacionais; c) Missão, visão e princípios; d) Fundamentação teórica e bases legais; e) Plano de Ação (Quadro 1).

Quadro 1 - Proposta estrutural do projeto político pedagógico segundo BNCC.

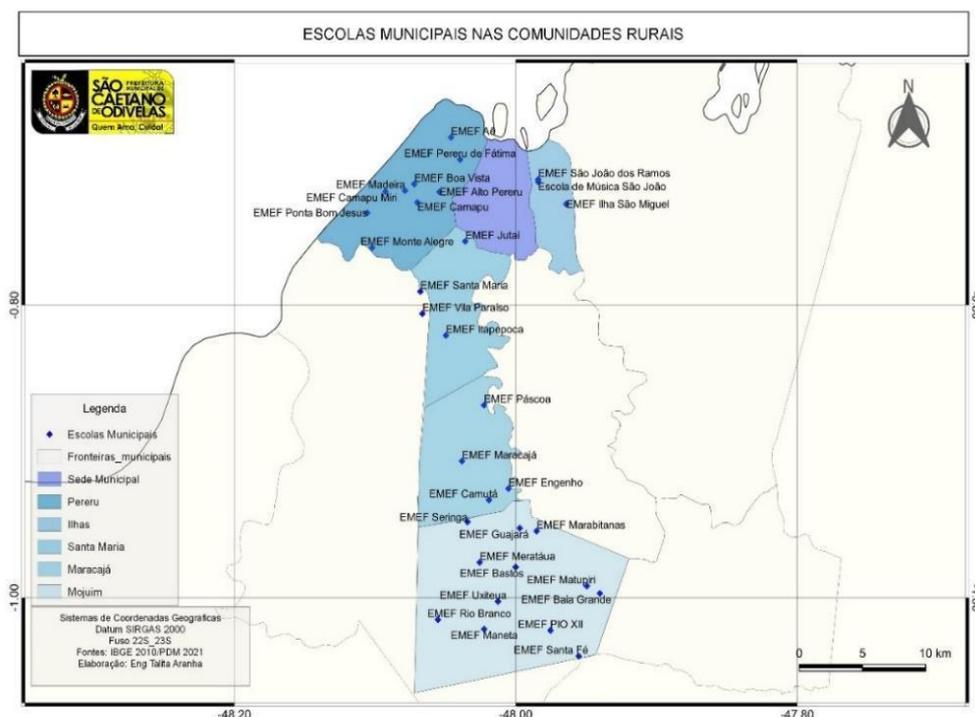
Estrutura do Projeto Político Pedagógico	
Estrutura	Elementos
Contextualização histórica e caracterização	<p>a história e as características sociais, culturais e físicas da cidade e/ou do bairro onde a escola está inserida;</p> <p>a composição e as características socioeconômicas e culturais da comunidade escolar (famílias, associações de bairro, etc.);</p> <p>o histórico e as características da escola (organização da gestão, recursos físicos, materiais e financeiros);</p> <p>informações sobre os profissionais e alunos das escolas (quantitativo, perfil).</p>
Diagnóstico de indicadores educacionais	<p>indicadores de acesso;</p> <p>indicadores de fluxo e de aprendizagem.</p>
Missão, visão e princípios	<p>o propósito da instituição de ensino (missão), o que a comunidade escolar quer conquistar (visão) e quais são os valores que norteiam a sua atuação (princípios).</p>
Fundamentação teórica e bases legais	<p>Dispositivos legais e normativos previstos nos currículos estaduais, os PPPs podem avançar no detalhamento de questões específicas do contexto local da escola.</p>
Plano de Ação	<p>os objetivos de aprendizagem dos alunos;</p> <p>as metas de resultados educacionais;</p> <p>materiais didáticos (diretrizes para a escolha e/ou produção autônoma de materiais);</p> <p>os objetivos e métodos para a formação docente dentro da escola (tempos, espaços e metodologias para a formação dentro da escola; papel de cada profissional no processo formativo);</p> <p>formas de avaliação tanto da aprendizagem dos alunos como da formação de professores.</p>

Fonte: Documentos metodológicos da BNCC.

Resultados e discussões

A análise do Plano Municipal de Educação – PME, com vigência até o ano de 2025, pontua o número de escolas do município, com total de 35 escolas municipais, sendo que 31 delas estão no espaço rural do município (Figura 2).

Figura 2 – Mapa da localização das escolas municipais de São Caetano de Odivelas.



Fonte: SEMPLAG/PDM 2022

Apesar do número de escolas da área rural ser 83% superior ao de escolas urbanas, de acordo com o PME, 3075 alunos estão matriculados nas escolas da área urbana, enquanto 1887 alunos estão nas escolas na área rural. O documento não explica o motivo que leva a essa distorção. Entretanto, o relatório técnico referente ao diagnóstico do Plano Diretor Municipal, atribui ao deslocamento do contingente de alunos para escolas da sede municipal, tal fato revela a ausência de uma política voltada à educação no campo.

Contribui com este excerto, o trabalho desenvolvido por Cardoso e Silva (2022) sobre a educação ambiental nas escolas municipais, relacionado com as temáticas pesca e ostreicultura no mangue, no qual afirmam que tais temáticas são pouco difundidas nas Escolas do Campo, em São Caetano de Odivelas. E ainda, que quando abordadas, são utilizadas de

forma superficial, com metodologias que visam somente pesquisas básicas feitas pelos alunos. Por se tratar de uma temática que faz parte do cotidiano do aluno, deveria ser trabalhada minuciosamente, valorizando sua vivência, cultura e identidade.

Outro aspecto relevante, diz respeito ao público atendido pelas escolas municipais, uma vez que não consta no Plano Municipal de Educação, uma educação voltada para as populações tradicionais do município. Ou seja, o documento não considera e nem faz referência aos pescadores e extrativistas, os quais fazem parte das comunidades tradicionais e são usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba. O termo “populações tradicionais” teve seu conceito jurídico mais bem definido com a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, através do Decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, em que o conceito de “populações tradicionais” aparece como “Povos e Comunidades Tradicionais” e traz uma definição abrangente que não se limita à legislação ambiental:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, 2007).

De outra maneira, o PME estabelece a garantia de que a reformulação do PPP, de todas as escolas da zona urbana e rural, define estratégias para educação do campo de maneira ampla e genérica e propõe como estratégia a elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos construídos a partir da identificação local, ou seja, o documento apresenta aspectos contraditórios.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Ricardo Chagas

O projeto pedagógico é um documento particular e de autonomia de cada escola. Portanto, pode apresentar diferentes estruturas e elementos. Assim, para análise do conteúdo do PPP estudado, foram considerados alguns componentes importantes, segundo a BNCC, os quais estão descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Análise de conteúdo do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Ricardo Chagas, São Caetano de Odivelas, PA, considerando as premissas da BNCC.

PPP segundo orientações BNCC	PPP Escola Dr. Ricardo Chagas
1. Contextualização histórica e caracterização	
<ul style="list-style-type: none"> ● a história e as características sociais, culturais e físicas da cidade e/ou do bairro onde a escola está inserida; ● a composição e as características socioeconômicas e culturais da comunidade escolar (famílias, associações de bairro, etc.); ● o histórico e as características da escola (organização da gestão, recursos físicos, materiais e financeiros); ● Informações sobre os profissionais e alunos das escolas (quantitativo, perfil). 	<p>Apresenta a Contextualização da escola fazendo o histórico, contudo não caracteriza o espaço onde a escola está inserida. Apresenta a Identificação através dos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Localização ● Modalidades de ensino ● Gestão à época da elaboração ● Coordenação pedagógica à época ● Órgão Mantenedor ● Recursos oferecidos ● Departamento que funcionam na escola ● Estrutura física e funcionamento ● Quanto às informações do quadro de profissionais e alunos, descreve o quantitativo, mas não qualifica o perfil deles.
2. Diagnóstico de indicadores educacionais	
<ul style="list-style-type: none"> ● indicadores de acesso; ● indicadores de fluxo e de aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> ● Neste componente o PPP estabelece apenas alguns pontos positivos e algumas fragilidades da escola, mas não apresenta nenhum indicador educacional
3. Missão, visão e princípio	
<ul style="list-style-type: none"> ● o propósito da instituição de ensino (missão), o que a comunidade escolar quer conquistar (visão) e quais são os valores que norteiam a sua atuação (princípios). 	<ul style="list-style-type: none"> ● Nesse tópico faz uma abordagem isolada no histórico da importância da escola na comunidade. Mas não estabelece a missão nem a visão e os valores norteadores da atuação da escola na comunidade.
4. Fundamentação teórica e bases legais	

- Dispositivos legais e normativos previstos nos currículos estaduais, os PPPs podem avançar no detalhamento de questões específicas do contexto local da escola.
- Esse elemento no PPP da escola é composto somente por uma abordagem teórica dos principais dispositivos legais. Contudo não referência nenhum aspecto específico ao contexto da política educacional do município, tão pouco aborda ambiente específico da política da escola.

5. Plano de Ação

- Os objetivos de aprendizagem dos alunos;
- As metas de resultados educacionais;
- Materiais didáticos (diretrizes para a escolha e/ou produção autônoma de materiais);
- Os objetivos e métodos para a formação docente dentro da escola (tempos, espaços e metodologias para a formação dentro da escola; papel de cada profissional no processo formativo);
- formas de avaliação tanto da aprendizagem dos alunos como da formação de professores.
- O componente contempla apenas 5 cinco projetos, sem estabelecimento de metas, não demonstra objetivos específicos, sem recursos didáticos, não descreve métodos avaliativos definidos.

Fonte: Adaptado do guia BNCC de orientação de revisão de PPP.

Na análise do PPP da escola, verificou-se, sobretudo, a defasagem do documento, uma vez que a sua elaboração ocorreu no ano de 2010 e não houve atualização durante esses 13 anos. Assim, a escola e/ou a política educacional do município não atendeu a recomendação presente no Plano Nacional de Educação Lei 13.005/2014, o qual, dentre as suas estratégias, prevê a efetivação da gestão democrática da educação e, com isso, a reestruturação dos Projetos Políticos Pedagógicos. Desconsiderando, assim, as necessidades educacionais voltadas a realidade da comunidade local.

Em relação a contextualização histórica e caracterização, o documento apresenta apenas o ato de criação da escola na comunidade. Entretanto, não caracteriza os aspectos sociais e econômicos fundamentais para definição da função social da escola no contexto local. Desta maneira, contraria o pressuposto por (Guedes *et al.*, 2017), quanto a função da escola de humanizar o processo educacional e promover uma formação problematizadora,

completa, que perpassa todos os aspectos da vida humana, pois o Projeto Político Pedagógico da escola, ao se identificar com a comunidade local, busca alternativas que imprimam dimensão política e social à ação pedagógica (Veiga, 2001).

Nesta análise, foi considerado que na época da elaboração do Projeto Pedagógico da escola, ainda não havia sido constituída a RESEX Mocapajuba, fato que não isentava a escola de promover uma discussão acerca das necessidades da comunidade, ali já estabelecida, uma vez que é fundamental considerar o modo de vida dessa comunidade, garantindo a atmosfera indenícia do local. Essa ideia é reforçada por Fonseca e Cavalcante (2020) quando afirmam que:

Os contextos comunitários locais, mesmo com organização social já consolidada, podem apresentar dificuldades para efetuar uma participação planejada na instituição escolar, devido às condições de vida e trabalho dos moradores das comunidades, as dinâmicas sociais locais e os cotidianos divididos entre tantas outras responsabilidades sócio comunitárias dos seus moradores. (Fonseca & Cavalcante, 2020, p. 1).

Outro elemento essencial, são os indicadores educacionais, pois definem o perfil e estabelecem os parâmetros a serem seguidos para decisões e procedimentos para o alcance dos objetivos da escola, sendo notório essas lacunas no PPP analisado. Este fator torna o documento, de certa forma, deficiente, uma vez que para Vasconcellos (2002) o Projeto Político Pedagógico ou Projeto Educativo é um plano amplo da instituição que sistematiza todas as ações propostas para serem realizadas pela escola. E para tal, os indicadores são de extrema importância, como subsídios do pensamento organizacional, de atividades planejadas para transformar o processo de ensino aprendizagem.

Nos aspectos relacionados à missão, à visão e aos princípios, a escola não permite, através do Projeto Político Pedagógico, demonstrar qual são os valores educacionais propostos por ela, para a comunidade, não caracteriza ou formaliza uma identidade, o que contraria a Constituição Federal nos seus artigos 205, 206 e 209, assim como a LDB (1996) Art. 14, quando enuncia que os instrumentos normativos da escola compõem o seu caráter regimental e permite autonomia de atuação.

Na mesma análise, Veiga (2004) afirma que enquanto instituição autônoma, a escola deve optar, fundamentalmente, por um referencial teórico-metodológico que permita o exercício de seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação na construção de sua identidade.

Segundo Vasconcellos (2000) são elementos básicos que devem compor o PPP: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação. Trata-se, portanto, de um instrumento metodológico. Segundo o referido autor:

O Projeto Educativo é, claramente, um documento de planificação escolar que poderíamos caracterizar do seguinte modo: de longo prazo quanto à sua duração; integral quanto à sua amplitude, na medida em que abarco todos os aspectos da realidade escolar, flexível e aberto; democrático porque elaborado de forma participativa e resultado de consensos. (Vasconcellos, 2000, p. 169).

Em relação ao Plano de Ação constante no PPP, ele não demonstra clareza quanto aos procedimentos, às estratégias e às metodologias para sua execução. Os projetos propostos no projeto educacional não dialogam com o ideário para a concepção do Projeto Político Pedagógico, o qual precisa perpassar no mínimo por três grandes conteúdos: o marco referencial, o diagnóstico e a proposta de ação. Nessa lógica, o plano de ação é a operacionalização da proposta, ou seja, é de fato a idealização de quais possibilidades a escola aplicará a despeito de tudo o que foi definido como finalidade, e tudo o que ela identificou como necessidade. Sendo, sobretudo, o fechamento essencial de uma prática possível.

Contribuindo com essa concepção, Vasconcellos (2002) trata o PPP como o plano global da escola, um instrumento técnico-metodológico para intervenção e mudança da realidade, sua construção deverá permitir o encontro, a reflexão, a ação sobre a realidade numa *práxis* libertadora.

Considerações finais

O cenário identificado pelo estudo do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Ricardo Chagas, possibilitou destacar que o referido documento apresenta limitações, e não constitui um documento apropriado de orientação das ações e práticas escolares, sobretudo, nas escolas do campo. Dentre as principais limitações, está a ausência das peculiaridades relacionadas ao modo de vida, trabalho, território e territorialidade dos povos e populações da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, uma vez que estes não foram elementos de construção da proposta pedagógica que pudesse dialogar com a realidade histórica, social, geográfica e cultural da comunidade.

Nesse contexto, emerge a necessidade iminente de um olhar sistêmico para a educação no âmbito do município, uma vez que a política não se faz de maneira isolada em uma ou

outra unidade escolar, e ainda, porque foi perceptível na análise documental o caráter unilateral da proposta pedagógica, proporcionada pela Secretaria de Educação Municipal, no Plano Municipal de Educação. Logo, os aspectos elencados na escola em questão, presumem a lógica educacional das demais comunidades, cenário preocupante para o cumprimento do papel de acolher, emancipar e multiplicar princípios democráticos, de identidade e de reconhecimento dos sujeitos. Tais aspectos reforçam o contexto da Educação do campo na Amazônia: novos olhares (daqueles necessários ao cumprimento do papel de acolher, emancipar e multiplicar princípios democráticos, de identidade e de reconhecimento dos sujeitos) e antigas questões (o PPP, por diversas vezes, não considera a realidade dos educandos).

Referências

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 5 de outubro). Recuperado de: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

Canivez, P. (1998). *Educar o cidadão*. Campinas: Papyrus.

Cardoso, L. M., & Gomes, C. V. A (2021). Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba: a trajetória de luta em direção aos manguezais amazônicos de São Caetano de Odivelas/PA. *International Journal of Development Research*, 11(4), 45820- 45825. <https://doi.org/10.37118/ijdr.21539.04.2021>

Cardoso, I. S & Silva, F.N.L. (2022). Análise do uso da pesca e ostreicultura no manguezal como ferramenta de educação ambiental nas escolas do campo de São Caetano de Odivelas (Pará). *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, 10(3), 187-199. <https://zenodo.org/records/7518876>

Decreto Federal s/n de 10 de outubro de 2014. (2014, 13 de outubro). Cria a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, localizada no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14009.htm

Decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. (2007, 8 de fevereiro). Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

Fonseca, F. V., & Cavalcante, L. O. H. (2020). O projeto político pedagógico e as escolas quilombolas – reflexões em torno do processo de pesquisa ação local. In *Anais da XXV Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação* (pp. 1-7). Salvador, BA.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Gadoti, M. (1994). *Pressupostos do projeto pedagógico*. Anais da Conferência nacional da Educação para Todos. Brasília: MEC. Recuperado de: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/60b90f87-e2ec-44d3-8c2a-2d5555706aaa/Pressupostos%20do%20projeto%20p>

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 23 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, seção 1.

Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. (2014, 26 de junho). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, edição extra.

Vasconcelos, C. S. (2000). *Planejamento: Projeto de ensino e aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. São Paulo: Libertad.

Vasconcelos, C. S. (2002). *Coordenação do Trabalho Pedagógico: do trabalho político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. São Paulo, SP: Libertad.

Veiga, I. P. (2001). *Projeto político-pedagógico da escola. Uma construção possível*. São Paulo: Papyrus.

Veiga, I. P. (2004). *Projeto Político-Pedagógico: Educação Superior*. Campinas, SP; Papyrus.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 19/01/2024
Aprovado em: 13/04/2024
Publicado em: 30/06/2024

Received on January 19th, 2024
Accepted on April 13th, 2024
Published on June, 30th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: levantamento, análise e interpretação dos dados, bem como da escrita e revisão do conteúdo do manuscrito.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript and critical revision of the content.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e16450	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Aranha, T., & Modesto, R. C. (2024). Educação do Campo na Amazônia: novos olhares e antigas questões do projeto político pedagógico. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e16450.

ABNT

ARANHA, T.; MODESTO, R. C. Educação do Campo na Amazônia: novos olhares e antigas questões do projeto político pedagógico. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e16450, 2024.